

Política

Acos laminados de baixo, médio e alto teor de carbono. Centro de Serviços de Aço Telex (011) 44451 Empresa 100 Brasileira Mangels

CONSTITUINTE

Ordem do dia dos ministros militares critica políticos

por Riomar Trindade do Rio

O ministro do Exército, general-de-exército Leônidas Pires Gonçalves, ao final da solenidade de reverenciamento aos mortos da Intentona comunista de 1935, realizada na sexta-feira no Memorial da Praia Vermelha, zona sul do Rio, negou-se a comentar a dura "ordem do dia" da qual foi autor junto com outros dois ministros militares, que condena os radicalismos de todas as espécies e contém críticas indiretas à Assembleia Nacional Constituinte, aos políticos e à imprensa.



Leônidas Pires Gonçalves

Leônidas Pires Gonçalves não me cabe interpretar". Moreira Lima interpretou a "ordem do dia" como "apenas uma mensagem de união contra os grupos radicais". E acrescentou: "É um alerta e um clamor de união. Não há ameaças, absolutamente. Se for interpretada dessa forma, essa não foi a nossa intenção".

CERIMÔNIA

O presidente em exercício Ulysses Guimarães, ao lado do governador fluminense Moreira Franco, chegou ao Memorial da Praia Vermelha às 10h02. Após passar em revista a tropa formada em sua honra, Ulysses depositou uma "corbeille" de flores no "Panteão dos Mortos" e dirigiu-se ao panteão oficial para ouvir a leitura da "ordem do dia", feita pausadamente pelo almirante Sérgio Tasso Vasquez de Aquino, secretário interministerial para Recursos do Mar, e precedida de uma salva de 21 tiros de canhão.

No panteão oficial, Ulysses postou-se entre Moreira Franco e Henrique Sabóia, figurando ainda na primeira fila os ministros Leônidas Pires Gonçalves, Octávio Moreira Lima, Ivan de Souza Mendes, Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e do general Ivan de Souza Mendes, do SNI, quando a imprensa se aproximou do ministro do Exército. A "ordem do dia" é um ataque direto à Constituinte, indagou uma repórter. "A senhora, minha jovem leitora, saber ler?", retrucou Pires Gonçalves. "Sei!", exclamou a jornalista. "Então, tire suas conclusões, não pergunte pra mim", respondeu o ministro do Exército.

"Ministro, o senhor foi convertido ao parlamentarismo?", perguntou um repórter. "Não, não é verdade. O senhor sabe que a imprensa, de vez em quando, veicula coisas que não correspondem à verdade. São cogitações. Essa é uma delas", disse Pires Gonçalves. "Na Inglaterra, o senhor chegou a ter contato com parlamentaristas?", insistiu o jornalista, referindo-se à recente viagem do ministro do Exército àquele país. "Tive sim. E, curiosamente, um parlamentarista que sentou ao meu lado no almoço disse que nós não o adotássemos aqui, porque lá não dava certo. Curiosamente...", afirmou Pires Gonçalves.

Nesse momento, enquanto um repórter tentava perguntar se o ministro do Exército era, então, contra a adoção do parlamentarismo no Brasil, outro insistiu em obter a opinião do general Leônidas sobre os termos da "ordem do dia". A resposta do ministro: "Eu sou um dos redatores da 'ordem do dia'. A interpretação é dos senhores. Nós fizemos a coisa da maneira dos nossos pensamentos, da maneira mais clara. Os senhores a interpretam,

Governadores reafirmam soberania da Constituinte

por Riomar Trindade do Rio

"A Assembleia Nacional Constituinte não deve ser alvo de críticas, nem será atingida por declarações de qualquer segmento da sociedade, mesmo as Forças Armadas." A afirmação foi feita na sexta-feira, no Rio, pelo senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, a propósito das críticas à Constituinte e aos políticos, embutidas, de forma indireta, na "ordem do dia", dos três ministros militares, em homenagem aos mortos da Intentona Comunista de 1935. "Tais críticas não afetarão os trabalhos da Constituinte", assinalou Fernando Henrique.

Waldir Pires, observou que, devido a seus múltiplos afazeres, não tivera tempo de ler a "ordem do dia" dos ministros militares, mas destacou: "A Constituinte é soberana, está acima das críticas. E mudar o sistema de governo está dentro de sua competência".

O governador fluminense, Moreira Franco, disse ter lido a "ordem do dia" e não ter encontrado "nenhuma palavra expressa sobre o problema de mudança da forma de governo" (a citação dos militares de condenação ao parlamentarismo diz, textualmente: "Mentes que continuam a debruar que seja possível, por artificiosa conduta, impor um sistema de governo completamente estranho às aspirações do brasileiro"), mas também ressaltou a soberania da Constituinte. "Trata-se de tema que mobiliza a todos os brasileiros, civis e militares. A Constituinte tem soberania para deliberar sobre o sistema de governo. Sou presidencialista, reitero, mas respeito a soberania dos constituintes", disse Moreira Franco.

"Repúdio aos radicais"

por Edson Beú de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, depois de retornar a Brasília, procedente do Rio de Janeiro, onde, na sexta-feira, como presidente interino da República, participou das homenagens às vítimas da Intentona Comunista, disse que não viu nenhuma crítica contra a Constituinte inserida na ordem do dia assinada pelos ministros das três armas. Na opinião de Ulysses, os ministros não criticaram a

decisão da Comissão de Sistematização, que aprovou o sistema parlamentarista de governo. "Não é verdade. A declaração não tem qualquer referência ao sistema de governo ou ao mandato. O cerne da declaração, o que foi dito é que as Forças Armadas repudiavam os extremismos, repudiavam os radicais de onde vier, da esquerda ou da direita, principalmente os métodos violentos para assumir o poder", interpreta o deputado.

Moderados articulam-se para obter maioria no plenário

por Andrew Greenlees de Brasília

Será deflagrada no início da semana dentro da Constituinte uma articulação para reunir em torno de uma proposta moderada de Constituição a maioria dos parlamentares, traduzida no mínimo de 280 votos em plenário. A iniciativa do acordo partirá do "grupo dos 32", liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR) e pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Na fase anterior dos trabalhos constitucionais esta aliação elaborou o projeto Hércules, que acabou tendo boa parte de seus dispositivos incluída no substitutivo do relator Bernardo Cabral.

A idéia é atrair para um só texto os constituintes moderados do PMDB, além de membros do "Centrão", grupo de inspiração conservadora. Nos próximos dias, esta movimentação deverá ganhar um influente adepto: o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel. Formado o quadro, participantes da articulação não têm dúvidas de que haverá pelo menos 280 votos para aprovar questões consideradas polêmicas.

A necessidade deste tipo de negociação ficou clara na semana passada durante o episódio do regimento interno. Os diversos blocos ideológicos constatarem a dificuldade de reunir a maioria absoluta para aprovar um determinado dispositivo. Assim, iniciaram-se as aproximações com correntes de pensamento compatível.

Algumas das emendas já preparadas pelo grupo dos 32, por exemplo, coincidem com as propostas em estudo do deputado José Lins, um dos coordenadores do "Centrão". O acordo, prevê os negociadores, agilizará o processo de elaboração da nova Carta, permitindo o final dos trabalhos em menos de dois meses.

O capítulo dos direitos sociais, incluindo a área trabalhista, merece atenção especial. A articulação moderada pretende substituir a expressão "garantia de emprego protegido contra despedida imotivada" por "relação de emprego protegida contra despedida imotivada". Serão mantidas as exceções a esta proteção: contrato a termo, falta grave definida em lei

A esquerda faz uma autocrítica

por Cecília Pires de Brasília

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, acredita que não é hora para o lançamento de candidaturas dentro do partido visando a sucessão do presidente José Sarney. Covas prega que o momento é de unir forças para concluir a Constituinte, com o auxílio inclusive dos governadores, que deverão ter papel fundamental nesta fase. Por isso, iniciou intensas articulações neste final de semana para encontrar uma saída negociada com o "Centrão", evitando o impasse criado com o projeto de alteração do regimento.

Em reunião na noite de quinta-feira, com cerca de sessenta parlamentares de ala progressista do PMDB, deputados do PDT e do PCB, Covas fez uma ampla avaliação da derrota sofrida na Constituinte com a articulação do "Centrão". Depois da exposição dos parlamentares, a decisão foi de não se pensar por enquanto em renovação partidária nem em candidaturas visando a eleição presidencial no ano que vem. O objetivo de todos, segundo a avaliação geral, é centrar fogo na Constituinte para concluir logo os trabalhos, segundo revelou um dos participantes.

A conclusão foi de que a

PMDB

Discussões sobre ideologia

por Riomar Trindade do Rio

A fragilidade ideológica do PMDB foi um tema que ganhou espaço destacado nas palestras de dois ex-coordenadores do partido na última sessão plenária do Seminário Internacional sobre a Social Democracia, encerrado na sexta-feira, no Rio. Tanto o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, quanto o governador baiano Waldir Pires ocuparam-se do assunto, antes de o governador fluminense Moreira Franco, no encerramento do encontro, proclamar que o partido tem os dois requisitos fundamentais para promo-

Ulysses acredita no acordo

por Edson Beú de Brasília

"Estou certo de que o bom senso vai reinar", disse o deputado Ulysses Guimarães, procurando manifestar seu otimismo quanto à possibilidade de um entendimento com o bloco suprapartidário "Centrão", para superar as divergências em torno da votação dos projetos de alteração do regimento interno da Constituinte. O deputado encorrou a semana alimentando a expectativa de até antecipar de quarta para a terça-feira a sessão que irá definir a polêmica matéria. "Quero ver se, em vez de quarta, faço a sessão na terça-feira, ainda que seja à noite", disse o parlamentar, na sexta-feira à tarde, ainda na múltipla condição de presidente interino da República, da Constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB. "Estamos próximos de uma solução", assegurou.

Com a costumeira habilidade, Ulysses não quis impor nenhuma condição para negociar, mas, ao mesmo tempo, indicou o que considera "o melhor caminho" para se chegar a um entendimento: "O interessante é que as proposi-

ções que possam receber um tratamento especial tenham pelo menos a assinatura da maioria absoluta (280) e que a preferência seja subordinada à soberania do plenário". O deputado contou que, durante o período que exerceu a interinidade da chefia do governo, teve a oportunidade de manter contatos com alguns coordenadores do "Centrão" e que aproveitaria o fim de semana para acelerar as negociações. "Não é possível que prolonguem as dificuldades para o entendimento", censurou.

A exigência da maioria absoluta para aprovar o texto do relator Bernardo Cabral, feita pelo "Centrão", não representa um empecilho para um acordo, segundo Ulysses. "Quem abre mão da maioria?", indagou, irônico. "Para se tirar uma vírgula do texto da Comissão de Sistematização, para se tirar uma palavra num destaque, é preciso da maioria", reconheceu.

Ulysses acha necessário haver concessões recíprocas. "E isso já houve", ressaltou. "O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), em seu projeto, inseriu disposições do pro-

positivo que garante a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas pelo prazo de dois anos a partir da cessação do contrato de trabalho. Os moderados querem manter a legislação atual, com o período de cinco anos, mas contados a partir da ocorrência do fato que leva o funcionário a reclamar direitos trabalhistas. Enquanto preparavam as propostas para o capítulo dos direitos sociais, os moderados estiveram em contato com o presidente da FIESP, Mário Amato, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antonio Medeiros, que teriam manifestado apoio às emendas.

O acordo entre os grupos moderados prevê ainda a manutenção do texto da Sistematização para a reforma agrária, que transfere para a lei ordinária a imissão de posse da terra desapropriada. Pela previsão dos articuladores, direita e esquerda não atingi-

rá, de um lado ou de outro, os 280 votos para alterar o projeto atual. No conceito de empresa nacional, o grupo quer retirar a expressão "incondicional" do texto que determina o controle decisório e de capital votante em caráter permanente e exclusivo para pessoas físicas domiciliadas no País. Os moderados argumentam que tornar o dispositivo incondicional inviabilizaria "joint-ventures". A nacionalização das distribuidoras de derivados de petróleo também cai.

Outra modificação importante: a censura, pelo projeto dos moderados, volta a ser classificatória e não apenas indicativa como queria a Sistematização.

A exemplo do que fez o "Centrão", os articuladores do bloco moderado excluíram dos entendimentos o sistema de governo e o mandato do presidente José Sarney. Nestes pontos, cada constituinte votará por decisão própria.

possível a apresentação de emendas até no momento da votação, corre-se um risco sério de votar uma matéria que ninguém, salvo o próprio autor, conhece. Segundo a proposta do "Centrão", que inclui apresentação de emendas até por títulos, corre-se ainda o risco de ver alguém apresentar, em última hora, um substitutivo integral ao substitutivo aprovado na Comissão de Sistematização, obrigando o relator a dar seu parecer num rito sumário.

Covas disse ainda que não aceita o argumento do "Centrão" de que 280 assinaturas signifiquem mais do que 47 votos, quórum mínimo para a aprovação da matéria na Sistematização. "Os 280 votos serão necessários tanto para aprovar quanto para derrubar uma matéria e, portanto, são mais importantes 280 votos do que 280 assinaturas", concluiu.

Depois de almoçar no sábado com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, Covas iniciou nesta segunda-feira vários contatos com os líderes do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, o líder do PDS, Amaral Neto, e o deputado Ricardo Fluzza, entre outros.

Depois de almoçar no sábado com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, Covas iniciou nesta segunda-feira vários contatos com os líderes do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, o líder do PDS, Amaral Neto, e o deputado Ricardo Fluzza, entre outros.

Depois de almoçar no sábado com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, Covas iniciou nesta segunda-feira vários contatos com os líderes do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, o líder do PDS, Amaral Neto, e o deputado Ricardo Fluzza, entre outros.

Depois de almoçar no sábado com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, Covas iniciou nesta segunda-feira vários contatos com os líderes do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, o líder do PDS, Amaral Neto, e o deputado Ricardo Fluzza, entre outros.

Depois de almoçar no sábado com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, Covas iniciou nesta segunda-feira vários contatos com os líderes do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, o líder do PDS, Amaral Neto, e o deputado Ricardo Fluzza, entre outros.

"PMDB teve duas faces no governo Sarney", critica Álvaro Dias

por Adriana Vero e Silva de São Paulo

O governador do Paraná, Alvaro Dias, fez duras críticas ao PMDB e falou sobre a sucessão presidencial na última sexta-feira, em São Paulo, quando almoçou com o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Eduardo Rocha Azevedo. Embora considere prematuro o lançamento de candidatos à sucessão presidencial, o governador paranaense foi apontado por Rocha Azevedo como o nome mais apropriado para substituir o presidente José Sarney.

Alvaro Dias disse não acreditar que o plenário da Constituinte revogue a decisão da Sistematização pelo mandato de quatro anos, embora considere que o ideal seriam eleições presidenciais apenas em 1989, já que no ano que vem serão elaboradas as leis ordinárias e complementares. "Não podemos comprometer o País com a pressão para a sucessão, mas temos de aceitar as eleições no ano que vem porque esta é a vontade popular. Defendemos os cinco anos até porque acredito que a eficiência dos trabalhos constituintes estará comprometida por interesses eleitorais", afirmou o governador.

Ele considera que o fundamental agora é estabelecer o processo pelo qual o PMDB vai decidir quem será seu candidato, e não o lançamento de nomes, porque senão "o plenário da Constituinte vai transformar-se em passadeira para o desfile dos candidatos".

Por isso, Alvaro Dias condenou a postura de responsabilizar a figura de Sarney pela atual crise política e econômica. "Até porque estamos sofrendo hoje os estragos de uma bomba de efeito retardado", afirmou ele, numa alusão à política econômica dos governos passados.

PSB veta Magalhães

por Riomar Trindade do Rio

O senador Jamil Haddad, presidente nacional do PSB, afirmou na sexta-feira que a presença do ex-ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, na administração municipal, a convite do prefeito Saturnino Braga, inviabiliza a "Frente Rio".

"A sobrevivência dessa frente só seria possível a partir de uma conjugação das forças de esquerda. Raphael de Almeida Magalhães não tem esse perfil.

O processo mais democrático para o partido definir o nome que concorrerá à sucessão presidencial, para Alvaro Dias, é a prévia eleitoral. Ele considera também que a prévia é um caminho seguro para se conhecer a vontade da população e acredita que ela deve ser realizada em maio de 1988, "como prevê a atual legislação".

O governador defendeu a realização de eleições gerais no ano que vem, caso o sistema parlamentarista seja mantido pelo plenário, porque considera que os deputados federais e senadores não foram eleitos para assumir os poderes que lhes são atribuídos pelo parlamentarismo.

Alvaro Dias criticou o PMDB por ter-se "travestido de Janus, com duas faces" durante o governo Sarney. "Um partido que sempre se ateve às reivindicações populares tem a tentação de se afastar do governo que se torna impopular", disse ele, referindo-se ao isolamento do presidente Sarney "em momentos cruciais, como na declaração da moratória".

Segundo o governador paranaense, o presidente foi aprisionado pela Aliança Democrática e não tinha o respaldo de uma eleição. Por isso, Alvaro Dias condenou a postura de responsabilizar a figura de Sarney pela atual crise política e econômica. "Até porque estamos sofrendo hoje os estragos de uma bomba de efeito retardado", afirmou ele, numa alusão à política econômica dos governos passados.

Trata-se de político do PMDB, afinado com a Nova República, governo ao qual o PSB faz oposição", salientou Haddad. Na sexta-feira, Saturnino voltou a elogiar Magalhães, "um homem competente, sério, inteligente, com uma visão política social-democrata, muito próxima ao socialismo". Saturnino reiterou que, apesar da reação contrária do PT e do PSB, manteria o convite, mas não será surpresa, segundo fontes da prefeitura, se ocorrer um recuo do prefeito.

Uma nova força

por Mariângela Hamu de Brasília

Nem a primeira vitória do "Centrão" — grupo cuja maioria dos integrantes é afinada com o pensamento do governo — conseguiu devolver aos aliados políticos do presidente José Sarney a impressão de que ele, quando voltar do México e reassumir a Presidência, na próxima semana, começará a trabalhar para tentar recuperar, no plenário da Constituinte, o mandato de cinco anos que a Comissão de Sistematização reduziu para quatro.

A vitória do grupo, na semana passada, mostrou que no novo universo, onde as questões aprovadas pela Comissão de Sistematização serão confirmadas ou não — o plenário da Constituinte, integrado por 599 parlamentares —, a correção de forças entre conservadores e progressistas mudou, deixando o presidente José Sarney em posição bem mais confortável.

"Está muito claro que a Comissão de Sistematização, com seus 93 membros, estava à esquerda de onde estava, a partir de agora, o plenário da Constituinte", acredita o experiente senador Jarbas Passarinho, do PDS do Pará, líder do seu partido na Constituinte. "Mas o presidente Sarney continua disposto a se manter distante das disputas", afirma.

"Não tenho dúvidas de que a vitória do 'Centrão' mudou a correlação de forças no País, com bons reflexos no Palácio do Planalto, onde o presidente Sarney governará com mais poder", acredita, porém, que este fortalecimento tenha convencido o presidente de que vale a pena brigar no plenário da Constituinte pela recuperação do mandato maior, embora otimistas como o deputado José Sarney Filho, do PFL do Maranhão e articulador do grupo, acreditem que, a partir de agora, o "Centrão" negociará em posição de vantagem. "Vamos buscar um acordo por-

que eles perderam e agora precisam conversar", disse o filho do presidente, depois da vitória do grupo, na semana passada.

Aliados do presidente com mais experiência, porém, acreditam que o grupo uniu-se, com sucesso, para mudar o regimento da Constituinte, conseguindo preferência para a votação do projeto do deputado paulista Roberto Cardoso Alves, do PMDB, que propõe normas que facilitem a mudança de decisões já tomadas pela Comissão de Sistematização. "Daí a se unirem em torno de questões como mandato presidencial ou sistema de governo, vai uma enorme distância", admite um político próximo do presidente.

"Mesmo que ele tenha conseguido, com esta vitória, ver uma luz no fim do túnel, ele não moverá a palha para alcançá-la", acrescentou Passarinho, cuja participação no grupo certamente seria mais ativa se não houvesse "excessos". "Eu gostaria mesmo era de participar de um 'Centrão', que botaria fora a extrema direita do 'Centrão'", revela o senador paranaense.

Na opinião da maioria dos seus aliados políticos, o presidente Sarney, a partir desta constatação, concentrará forças, através de suas lideranças na Constituinte, para derrubar o parlamentarismo, escolhido pela Comissão de Sistematização como o sistema de governo a vigorar com a promulgação da nova Constituição. Reconquistado o presidencialismo, Sarney teria apenas mais um ano, mas estaria apto — segundo ele próprio revelou — a administrar o País como não pôde até agora, em razão dos sufocantes compromissos políticos.

As dificuldades que o "Centrão" teria para reunir 280 — metade e mais um — dos constituintes a favor de uma posição comum não são a única razão apontada pelos amigos do presidente para explicar sua decisão de se manter afastado. O senador Passarinho, por exemplo, acha que o presidente, mesmo com mais um ano, não teria condições de colocar em ordem a economia, "que no ano que vem será muito pior do que foi neste".